

DESAFIOS, PAUTAS DE PESQUISA E AGENDA POLÍTICA PARA AS PEQUENAS CIDADES**Angela Maria Endlich¹**

Universidade Estadual de Maringá (UEM)

E-mail: amendlich@uem.br

Pedro Henrique Carnevalli Fernandes²

Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)

E-mail: pedrofernandes@uenp.edu.br

Resumo

Este artigo revela desafios, pautas de pesquisa e agenda política para as pequenas cidades. Nesse sentido, pensamos especialmente em aspectos que se orientam na produção de condição humana e social adequada de vida. É preciso contemplar desafios anteriores e contemporâneos porque a chegada de novos enfrentamentos, em especial de natureza ambiental e energética, não elimina a permanência de outros tantos que haviam sido constatados, mas não superados. Contemplamos neste artigo as pequenas cidades que não fazem parte de metrópoles e aglomerados urbanos de concentrações secundárias, polarizados por cidades médias: as áreas mikropolitanas, nas quais predominam as pequenas cidades e suas dinâmicas próprias. O objetivo central deste artigo é refletir acerca dos desafios, das pautas de pesquisa e da agenda política para as pequenas cidades. As contribuições com esse olhar mikropolitano buscam avançar na temática e, principalmente, motivar novos pesquisadores e novas pesquisas, com desdobramentos teóricos, metodológicos e empíricos. Transitando por explicações e compreensões, elencamos no debate aspectos acerca das pequenas cidades como possibilidades urbanas mais “sustentáveis”.

Palavras-chave: Espaço mikropolitano; Pequenas localidades; Desenvolvimento sustentável.

CHALLENGES, RESEARCH TOPICS AND POLITICAL AGENDA FOR SMALL TOWNS**Abstract**

This paper reveals challenges, research topics and political agendas for small towns. In that sense, we think especially about those aspects that are oriented towards the production of adequate human and social conditions of life. It is necessary to consider previous and contemporary challenges because the arrival of new challenges, especially of an environmental and energy nature, doesn't eliminate the permanence of many others that have been identified but not overcome. In this paper, we consider small towns that are not part of metropolises and urban agglomerations of secondary concentrations, polarized by medium-sized cities: the Mikropolitana area, in which small towns and their own dynamics predominate. The main objective of this paper is to reflect on the challenges, research topics and political agenda for small towns. Contributions with this Mikropolitana perspective seek to advance the theme and, mainly, motivate new researchers and new research, with theoretical, methodological and empirical developments. Moving through explanations and understandings, we list in the debate aspects about small towns more “sustainable” urban possibilities.

Keywords: Mikropolitano space; Small locality; Sustainable development.

¹ Professora Associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

² Professor Adjunto do Colegiado de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus de Cornélio Procópio.

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 2, p.10-31 (2026) - Volume especial: Cidades Médias e Pequenas no Brasil: múltiplos olhares, 2026.

ISSN: 2176-5774

RETOS, DIRETRICES DE INVESTIGACIÓN Y AGENDA POLÍTICA PARA LAS CIUDADES PEQUEÑAS

Resumen

Este artículo revela desafíos, lineamientos de investigación y agendas políticas para las ciudades pequeñas. En este sentido, reflexionamos especialmente sobre aquellos aspectos orientados a la producción de condiciones humanas y sociales adecuadas para la vida. Es necesario considerar los desafíos previos y contemporáneos, ya que la llegada de nuevos desafíos, especialmente de naturaleza ambiental y energética, no elimina la permanencia de muchos otros que se habían identificado, pero no se habían superado. En este artículo, consideramos las ciudades pequeñas que no forman parte de metrópolis y las aglomeraciones urbanas de concentraciones secundarias, polarizadas por ciudades de tamaño mediano: las áreas mikropolitanas, en las que predominan las ciudades pequeñas y sus propias dinámicas. El objetivo principal de este artículo es reflexionar sobre los desafíos, los lineamientos de investigación y la agenda política para las ciudades pequeñas. Las contribuciones desde esta perspectiva mikropolitana buscan avanzar en el tema y, principalmente, motivar a nuevos investigadores e investigaciones, con desarrollos teóricos, metodológicos y empíricos. A través de explicaciones y comprensiones, enumeramos en el debate aspectos sobre las ciudades pequeñas como posibilidades urbanas más sostenibles.

Palabras-clave: Espacio mikropolitano; Pequeñas ubicaciones; Desarrollo sostenibles.

Introdução

São muitos os sítios e as situações geográficas das pequenas cidades no Brasil, pois como é sabido, elas são numerosas e, portanto, apresentam grande diversidade e em diferentes aspectos. Independentemente de onde estão, são localidades que demandam atenção, como, por exemplo, as pequenas cidades incorporadas por áreas metropolitanas ou aglomerados, em geral, passam por intenso crescimento demográfico, implicações territoriais e descaracterização da sua paisagem e patrimônio histórico. Outro exemplo está nas cidades litorâneas ou outras turísticas com amplo número de residências secundárias, sazonalidade econômica e insegurança decorrente do número de estranhos que circulam por elas. Portanto, a reflexão acerca de desafios exige considerar peculiaridades.

A proposta contida no título deste artigo precisa de algumas explicações. Quando nos referimos a desafios, pensamos especialmente naqueles que se orientam pela produção de condição humana e social adequada de vida, tomando por referência as pequenas cidades. É preciso contemplar desafios anteriores e contemporâneos porque a chegada de novos enfrentamentos, em especial de natureza ambiental e energética, não elimina a permanência de outros tantos que haviam sido constatados, mas não superados.

Por fim, quando mencionamos neste trabalho as pequenas cidades, embora como assinalado antes que elas devem ser compreendidas de modo mais aprofundado, focamos, sobretudo, as que não fazem parte de metrópoles e aglomerados urbanos de concentrações secundárias, polarizados por cidades médias. Essas cidades estão em recortes regionais que adotamos em levantamentos e mapeamentos, mas nossa problematização prioriza pequenas cidades que escapam às lógicas vivenciadas em aglomerados e metrópoles. Logo, são áreas que temos denominado de mikropolitanas, nas quais predominam as pequenas cidades e suas dinâmicas próprias.

Nelas a dinâmica demográfica tende a ter um perfil mais estagnado, quando não de declínio demográfico da população total do município ou da própria sede urbana. Ainda quanto ao perfil demográfico, aos poucos, começa a acontecer no cenário brasileiro o que já ocorre em outros países: permanecem em pequenas cidades/localidades a população mais idosa, que já não busca mais oportunidades, incluindo muitos aposentados. Ou seja, são espaços com população ativa menos presente, ou que precisou migrar, ainda que pendularmente para trabalhar. São também espaços nos quais as crianças vão se tornando menos presentes e as escolas aos poucos se fecham.

Quanto à economia, não está ausente, mas não se traduz em oportunidades adequadas e suficientes. Expõe a fragilidade, não da acumulação e geração de Produto Interno Bruto (PIB) que podem ser altas, mas a vulnerabilidade social não raramente está em áreas que têm bom perfil de desenvolvimento econômico. Sinalizamos para algumas peculiaridades que podem caracterizar não apenas pontualmente pequenas cidades, como áreas em que elas predominam como pontos de gestão do território.

O processo de urbanização territorializa-se em diversos tipos de assentamentos. Dos mais concentrados aos mais dispersos. O território com suas dinâmicas compõe uma totalidade, sempre mutuamente implicada. Isso significa que não é possível estudar dinâmicas que se materializam em determinados pontos do território e da rede urbana sem considerar essa totalidade.

Diante disso, o objetivo central deste artigo é refletir acerca dos desafios, das pautas de pesquisa e da agenda política para as pequenas cidades. Este texto volta-se às pequenas cidades/localidades de modo específico, mas sem perder de vista a totalidade espacial. Sendo assim, as contribuições com esse olhar mikropolitano buscam avançar na

temática e, principalmente, motivar novos pesquisadores e novas pesquisas, com desdobramentos teóricos, metodológicos e empíricos.

Para refletir sobre pautas de pesquisas futuras parece significativo, antes, conferir o que vem sendo abordado. Ainda que tenhamos carências de pesquisas para entender melhor as tantas pequenas cidades no Brasil, é preciso considerar estudos existentes com perspectivas e problematizações bastante diferenciadas, o que inclusive dificulta um agrupamento e sistematização. Para muitos estudos, os municípios polarizados por pequenas cidades constituem apenas recorte territorial, sem uma problematização que considere a condição específica de pequena cidade, embora alguns avancem para questões mais singulares. Contudo, encontram-se contribuições mais significativas em estudos que tomam pequenas cidades em conjunto, que adotam a escala regional e a perspectiva da rede urbana, incluindo a centralidade e os papéis desempenhados.

Portanto, parece-nos que para pensar agenda, é preciso inteirar-se do que tem sido abordado. Ressalva-se que não temos pretensão de alcançar a totalidade dos trabalhos, mas um esforço para entender as questões principais e mais recorrentemente abordadas. Ademais, é preciso contemplar o que tem sido pesquisado, mas também o lapso entre o pesquisado e a gestão/ou consideração do conhecimento produzido em políticas públicas: o que está fora da pauta acadêmica e o que está fora da agenda política? Quando nos referimos a desafios anteriores, lidamos com conhecimento produzido que ainda não foi devidamente tratado em políticas públicas necessárias.

Estruturamos o artigo em três partes, começando pelo esforço de sistematizar o que tem sido contemplado em pesquisas; os desafios e lacunas existentes; por fim, o último item traz reflexões acerca dos papéis das pequenas cidades, mediante os desafios contemporâneos, e se elas seriam possibilidades urbanas mais “sustentáveis”. Os itens anteriores são necessários para chegar a esse ponto de reflexão, que se tornou mais extenso que os demais devido ao seu caráter mais propositivo.

O que tem sido contemplado em estudos sobre pequenas cidades?

Lembramos que este é um esforço de sistematização, que não tem a pretensão de fazer um Estado da Arte, mas pode ser considerado como uma contribuição neste sentido. Os diversos estudos encontrados em bases de eventos e de trabalhos acadêmicos (Sinapeq – o principal evento nacional sobre pequenas cidades, Enanpur, Enanpege e Base de Teses

e Dissertações da Capes) foram agrupados e elencados a seguir. Nessa sistematização, apresentamos agrupamentos de temas e, inevitavelmente, aparecem algumas apreciações e ressalvas nossas acerca das temáticas.

1 Caracterização das cidades e seu entorno, ou seja, como elas são em diferentes aspectos. A caracterização pode contemplar desde a sede urbana, o município, a região, a área de influência e os dados demográficos/sociais. Existem esforços também para entender os desdobramentos municipais e os aspectos históricos e culturais, em especial em áreas em que esses aspectos são mais evidenciados pelo tempo de formação socioespacial, pela presença específica de grupos étnicos, por serem esses aspectos valorizados pelo turismo ou por outras razões. Podem incluir dados que tendem a estar frequentemente em caracterizações dos entornos de pequenas cidades, como a estrutura fundiária do campo, fundamentais para entender a dinâmica demográfica, inserção econômica mais abrangente e outros pontos muito significativos para entender os papéis das pequenas cidades/localidades. A caracterização das cidades e seu entorno permite um aprofundamento da compreensão em escala local/microrregional e, ao mesmo tempo, que os estudos comparativos possam revelar singularidade e semelhanças entre as pequenas cidades/localidades. Portanto, os diferentes aspectos a partir da caracterização revelam a multiplicidade de localidades e de suas características sociais, culturais, ambientais, econômicas, entre outros.

2 Condicionantes físicas e sistemas territoriais. Esses elementos ganham destaque especial em algumas áreas como revelam pesquisadores que estudam o Norte do país: conceitos como o urbano ribeirinho e urbano-diversidade, em especial em áreas com forte relação com florestas e rios. Nos referimos ao Norte brasileiro, mas espaços peculiares tendem a demandar esse tipo de análise. Vinculado aos condicionantes físicos, pode decorrer a valorização da paisagem ou do patrimônio histórico-cultural de pequenas cidades. Além das condicionantes mencionadas é relevante considerar a inserção das cidades no âmbito das suas posições e situações geográficas, com atenção aos nexos com demais áreas, como a presença de rodovias, ferrovia, hidrovias e redes variadas que indicam fluxos existentes.

3 Peculiaridades do urbano nas pequenas cidades, relações mais próximas e articulada com o campo, áreas em que as urbanidades e ruralidades aparecem bastante mescladas. Estão, também, nas pequenas cidades as maiores oscilações quanto a taxas de urbanização. Enquanto a média

nacional pode ser considerada alta, em municípios polarizados por pequenas localidades e cidades a taxa de urbanização pode ser inferior a 50%. Considerar e entender esses aspectos demográficos nas pequenas cidades são necessários, já que defendemos que elas fazem parte do Brasil urbano, mas de modo bastante peculiar, que deve ser compreendido para que as ações e políticas que as tomem por referência considerem dinâmicas próprias. Tais dinâmicas incluem, sobretudo, a articulação com o rural, o entendimento das dinâmicas de urbanidade e de ruralidade, inclusive em contextos de bastante confluência entre elas.

4 Reflexões teórico-conceituais sobre urbano, cidade, município, rural/campo. Sobre o conceito e definição de pequenas cidades, de modo geral, sinalizam o limiar de pequenas cidades com base em dados que apreendem a centralidade do núcleo urbano. Em diversos estudos, essa perspectiva é construída a partir do “centro local”. Contudo, a centralidade tem sido profundamente modificada não apenas nas pequenas cidades, mas na rede urbana como um todo, incluindo as dinâmicas intraurbanas. Isso porque tem surgido cada vez mais grandes superfícies comerciais, concentradas em centros regionais, além do *e-commerce*. Essas grandes superfícies atraem pela variedade e pelos preços, às vezes, apenas aparentemente mais baixos. Desse modo, o consumo tem se concentrado em áreas que têm esse tipo de estabelecimento. Os estabelecimentos menores adquirem o papel de conveniências. As compras *online* permitem o acesso a bens e produtos diversos. Um exemplo concreto mostra lojas de departamento que, em pequenas cidades, trocam seus espaços, historicamente marcados pelo mostruário e oferta de produtos, para espaços físicos apenas como ponto de retiradas de produtos comprados pelo *site* e/ou aplicativo. Igualmente, algumas pequenas cidades, devido a sua localização, se posicionam como pontos de conexão de armazenamento e de transporte de produtos comprados pela Internet. Por isso, declina a centralidade de modo geral em pequenas cidades, inclusive as que conseguem manter a população. Na perspectiva conceitual, dinâmicas como essa exigem constante debate e atualização, por isso é um tema sempre presente na pauta.

5 Institucional. A relevância do enquadramento territorial para as pequenas cidades, a formalização como município, traz papéis significativos em determinadas áreas, como a presença de alguns serviços decorrentes de políticas públicas. Igualmente, observamos estudos que abordam as pequenas cidades que possuem sedes, unidades e/ou escritórios de órgãos públicos federais e/ou estaduais. Especificamente nesse item, o debate da Geografia

Política, sobretudo por meio da Geografia Eleitoral, tem se mostrado como promissor já que as pequenas cidades/localidades, devido ao tamanho espacial, demográfico e a pessoalização, possuem natureza específica nesse quesito, com possibilidade de estudos sobre comportamento eleitoral e do voto, coronelismo, complexidade partidária, violência e rivalidade política, entre outros.

6 Inserção econômica. Dados de PIB, Rais e Valor adicionado, fontes de trabalho – peso dos empregos em administração pública, complexo agroindustrial, Meio Técnico Científico Informacional (Santos, 1996) e seletividade do capital, são alguns dos temas que aparecem em análises dessa natureza. A tendência de especializações produtivas (primárias, secundárias e terciárias), muitas materializadas em pequenas cidades, também são temas recorrentes. Para analisar o que isso significa na perspectiva social é preciso ponderar sobre a quantidade e qualidade dos empregos gerados e as oportunidades de geração de renda. Não basta a geração de renda, ela precisa ser traduzida em melhorias para a sociedade local. Também são recorrentes os estudos que debatem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e outras fontes públicas de repasse como principais fontes de renda dos municípios polarizados por pequenas cidades e, por conseguinte, como isso repercute na qualidade de vida da população local.

7 Classificação das cidades, seus papéis no território (econômicos e culturais), e tipologias das cidades. São esforços complexos, tomam por referência muitos dados, em geral realizados por grandes equipes. Análise relevante para subsidiar políticas diferenciadas e adequadas para os diferentes tipos de cidades, ainda que se trate de tarefa bastante complexa.

8 Desvendar perspectivas idealizadas. As pequenas cidades refletem a estrutura social, também contam com áreas que revelam uma divisão social, estigmatizando moradores. Demandam melhorias de mobilidade, incluindo a viabilização das modalidades ativas – ciclovias e melhorias dos percursos de pedestres. Do mesmo modo, não estão isentas da violência e da insegurança urbana, inclusive algumas pequenas cidades possuem índices médios mais altos de ocorrências, por exemplo, de homicídios. Outros temas aparecem, mas ainda incipientes em pequenas cidades: a fome e a pobreza, a vulnerabilidade socioambiental, a ausência de serviços culturais, o turismo, entre outros, que são temas que vêm sendo estudados, mas ainda não considerados em políticas públicas.

Reiteramos que na perspectiva política nem sempre a falta de ação decorre da ausência de conhecimento produzido, inclusive campus de universidades públicas estão

localizados em pequenas cidades. Assim, pequenas cidades/localidades e áreas mikropolitanas, ainda que menos estudadas que o necessário, contam com considerável conhecimento produzido. Politicamente, costumam ser negligenciadas e invisibilizadas, em especial, nas suas particularidades, quando não erroneamente idealizadas como locais sem problemas. São politicamente espaços opacos.

Estudos existentes mostram a necessidade de políticas territoriais que possam viabilizar os espaços em pauta, sobretudo, tornando-os espaços sociais de vida adequados. A economia deve ser considerada relevante enquanto geradora de oportunidades de renda e empregos de boa qualidade para a população que vive nas áreas e não como fontes de enriquecimento de grandes grupos econômicos, que quando consideram a população local, esperam apenas a oferta de mão de obra barata. Que a condição de riqueza da terra e pobreza dos homens, constatada por Galeano (2010) não se perpetue.

Desafios e lacunas preexistentes e ainda não superados

Entre os desafios, como sinalizamos antes, estão os preexistentes e que podem ser considerados como ainda não superados. Eles se somam aos novos enfrentamentos. É preciso lembrar que estamos considerando como tal as principais dificuldades para que a vida social possa ser viabilizada adequadamente em pequenas localidades/cidades, sobretudo as mikropolitanas. Assinalamos esse nosso posicionamento acadêmico e político, porque falar em desafios para pequenas cidades podem ser outros, dependendo dos segmentos e das intenções.

Antes de pensar questões contemporâneas, em especial as vinculadas às emergências climáticas, energéticas e ambientais de modo geral, é primordial lembrar as conhecidas e ainda não superadas. Portanto, não se trata apenas de pensar lacunas na pesquisa, mas insistir em alguns pontos, sobretudo quando se trata da pauta política. Lembrando o fio condutor e motivador para a pesquisa - melhor condição social de vida para a sociedade - é preciso realizar um exercício no sentido do que pode ser melhorado no planejamento e gestão das pequenas cidades. Assinalamos, na sequência quatro pontos que devem estar efetivamente na agenda política, iniciando com a escala intraurbana, municipal e, por fim, a regional.

1 Atividades econômicas inclusivas, que viabilizem a pequena produção no campo e na cidade, que criem oportunidades de geração de renda e bons empregos. Pesquisadores dessas áreas sabem que

o problema que mais aparece em manifestações de moradores é a falta de bons empregos e oportunidades de geração de renda. Dependendo da área em análise, pode-se dizer que não se trata de não ter emprego, pois diversos municípios atraem moradores de outros em suas vagas de trabalho. Contudo, bons empregos para quem tem nível melhor de formação, oportunidades de geração mais satisfatória de renda, rompendo com a lógica da mão de obra barata e não qualificada, prossegue como um grande desafio.

2 Viabilização do suprimento adequado de bens e serviços para a população e as potencialidades contidas nas cooperações intermunicipais. Não são apenas municípios metropolitanos que demandam uma gestão articulada entre entes locais. Áreas mikropolitanas também precisam da gestão compartilhada, pois além de somar recursos devem somar demandas para que a gestão seja adequada, economicamente mais racional, sem deixar de ser politicamente mais democrática. Igualmente, são necessárias políticas territoriais para reversão da concentração demográfica articulada ao esvaziamento de áreas mikropolitanas. Os dois pontos assinalados anteriormente são fundamentais para uma política dessa natureza, mas ela precisa fazer parte de uma gestão efetiva e deliberada nesse sentido. Só assim, dinâmicas econômicas consideradas espontâneas, que tem se tornado a política territorial efetiva no território brasileiro, poderá ser alterada. Foi na década de 1970 que a população brasileira tornou-se mais urbana que rural.

Na escala mundial a superação dos 50% ocorreu bem mais recente, em 2008. Todavia, o fato de a população brasileira estar concentrada nas áreas urbanas há mais tempo, não significa que ela tenha permanecido nas mesmas cidades. Ao contrário, o constante registro de declínio da população total de municípios cujas sedes urbanas são pequenas cidades/localidades, mostra que não apenas avançou o processo de urbanização nas últimas décadas como ele tem se materializado de modo qualitativamente diferenciado em concentrações urbanas metropolitanas, principalmente em periferias, mas também em cidades médias, concentrações de nível secundário. Sem política territorial efetiva e deliberada, a concentração demográfica tende a prosseguir e as consequências no urbano das pequenas cidades tendem a se manter pela perspectiva negativa que se tem da urbanização brasileira.

3 Incremento à gestão participativa e aprofundamento da democracia. Nesse item, incluímos o combate a conduções políticas clientelistas, baseada no coronelismo, o nepotismo e afins, tendo em vista melhorar as relações políticas e a qualidade da inserção das instituições

territoriais locais (municípios) em um federalismo ainda muito centralizador. O clientelismo, em geral muito atribuído a políticas locais e pequenas cidades/localidades, encontra-se, mais do que nunca indevidamente nutrido em escala nacional, com emendas parlamentares. Portanto, ao invés de ser uma prática que deveria estar minada, tem sido defendida e estimulada.

4 Produção territorial intraurbana. As cidades que, embora pequenas demograficamente, têm áreas e perímetros urbanos cada vez maiores, permissões de áreas urbanas especiais fora do perímetro urbano, o que inclusive dificulta falar em intraurbano, está mais para intermunicipal. Isto é, a dispersão urbana parece ter chegado de modo mais efetivo a realidade das pequenas cidades. Ao mesmo tempo, trabalhos diversos reiteram a constatação de que os instrumentos criados pelo Estatuto das Cidades não contribuem para o planejamento e gestão das cidades menores.

Por isso, ao mesmo tempo em que registramos reflexões e possíveis contribuições, precisamos registrar desafios que têm aparecido e que trazem indagações como: Quais são os desafios específicos dessas cidades? Que instrumentos são necessários para que elas sejam mais adequadas? Neste sentido, publicações começam a aparecer, como o Guia de Planejamento Urbano Incremental Participativo (PIUP) lançado pela ONU-Habitat, resenhado na Revista Pixo (Wedekin; Soares, 2021). Ele tem como objetivo orientar os governos locais no desenvolvimento e implementação de um planejamento urbano mais eficaz, integrando a comunidade com o corpo técnico.

Wedekin e Soares (2021) ressaltam que o documento pode aportar para o planejamento das cidades pequenas, quanto à metodologia de diagnóstico, planejamento e sua operacionalização, bem como implementação de processos de planejamento participativo em cidades com capacidades e recursos limitados, que é o caso das pequenas cidades. Tendo em vista, o período de revisões dos planos diretores pode significar um avanço no processo e na construção da nova leva de planos revistos. Ademais, toma por referência boas práticas em diversos países. De qualquer modo, esse é um esforço que deve ser somado a outros que vem sendo construídos a partir das pesquisas que vão aprofundando o conhecimento das pequenas cidades.

A partir dos aspectos elencados, entendemos que as dinâmicas mikropolitanas estão vinculadas à lógica da produção capitalista do espaço, pois ao mesmo tempo em que a população concentra mão-de-obra em determinados espaços, libera o campo para as

grandes extensões de produção agrícola demandada pela lógica industrial e financeira. É certo que a realidade brasileira apresenta espaços diversos que trazem contrapontos a essas inclinações econômicas e demográficas. Contudo, também é certo que essa assertiva se aplica com grande amplitude ao território brasileiro. Portanto, pensar a espacialidade pautada pela condição/qualidade humana e social de vida, bem como pela sustentabilidade nas suas diferentes acepções, implica buscar na perspectiva do planejamento, ao menos, atenuar a tendência de concentração espacial assinalada.

Deve-se considerar a busca por espaços mais amplos e tranquilos por parte da população no período de pandemia. Ainda que essa tenha sido uma busca viável apenas para profissionais com trabalhos que podem ser desenvolvidos em *home office* ou aposentados, essa realidade indica possíveis alterações nas perspectivas anteriores. As tendências de urbanização prosseguirão? Se antes as projeções assinalavam neste sentido com muita certeza, talvez os processos recentes possam exigir uma revisão. Se a urbanização prosseguir, que assentamentos urbanos poderão ser produzidos doravante? Permanecerá a reprodução do já existente e decorrente de uma espontaneidade econômica, por mais que se fale e se escreva sobre planejamento? Ou a premência dos fatos trarão ações mais deliberadas e pautadas pelo planejamento baseado na participação e na transparência?

É preciso uma dinâmica econômica diferente do que se encontra pelo interior do país, grandes projetos industriais, de exploração primária, agrícola ou de mineração, com interesses que subordinam os espaços aos seus interesses e perpetuam a acumulação de grandes empresas, resultando em passivos ambientais e sociais locais. Essas são questões amplas, que superam as decisões possíveis em escalas locais e regionais.

Por isso, não é demais reiterar que são desafios que demandam políticas territoriais mais amplas, inclusive de maior visibilidade e poder político para que as escalas locais encontrem respaldo para enfrentar dinâmicas predatórias como as que existem. São questões que precisam ser pautadas acadêmica e politicamente, com celeridade, inclusive porque os novos desafios estão profundamente vinculados a isso. Ou seja, para trazer as novas indagações, será preciso que problemas anteriormente assinalados apareçam nas pautas/debates políticos, nos programas de Estado e de Governo e nas políticas públicas efetivas para que sejam, minimamente, resolvidos.

Uma nova agenda: pequenas cidades são possibilidades urbanas mais “sustentáveis”?

Este questionamento é apresentado, contemporaneamente, frente a emergências climáticas e transição energética. Portanto, além da necessidade de ter em conta a totalidade na perspectiva territorial, é preciso considerar o contexto do mundo atual e contribuir na busca de entendimento e subsídios ao planejamento e gestão, com todas as dificuldades que os últimos anos têm demonstrado. Nos movemos em um mundo marcado por incertezas.

A fragilidade tem sido uma das características principais demarcadas para o mundo contemporâneo. Se antes a sigla, ou acrônimo, baseado em atributos do mundo (Vuca) sinalizava um mundo volátil, incerto, complexo e ambíguo, é preciso agora considerar que as incertezas foram acentuadas. Estamos para além da complexidade e da insegurança. Cascio (2020) e Grabmeier (2020) expõem que o mundo está marcado pela fragilidade, ansiedade, não-linearidade e é incompreensível (Bani). Talvez por isso, a resiliência parece ter se tornado palavra de ordem.

Utilizando referenciais clássicos, podemos dizer que a frase que deu título ao livro de Berman (1986), “Tudo que é sólido desmancha no ar”, tem se tornado cada vez mais verdadeira. Para seguirmos com a analogia da instabilidade ou do caos baseada em estados da matéria, quantas reflexões nos deixou Bauman (2006; 2007) acerca de um mundo líquido, efêmero, como quanto à segurança progressivamente retraída, o colapso do pensamento, do planejamento e da ação em longo prazo junto com o enfraquecimento das estruturas sociais.

Como pensar o planejamento territorial e a gestão em um mundo com essas tendências, gradativamente mais difícil de compreender? Ao observar como Cascio (2020) expõe a origem das fragilidades, é possível perceber que elas são parte de um colapso anunciado. Não são novas as problematizações acerca de uma economia baseada no esgotamento dos recursos, como as grandes extensões monocultoras, vinculadas inicialmente à lógica industrial, que posteriormente pauta-se pelos ditames do capital financeiro. Igualmente, eram conhecidas a realidade dos países com os piores indicadores sociais, mas que na realidade são ricos em determinados recursos e, por isso, transformados em sociedades pobres. Sua população é explorada junto com seus recursos. Como não

lembra de Galeano (2017[1978]), quando expõe a pobreza do homem como resultado da riqueza da terra? O decolonial, portanto, segue no topo das pautas de debates acadêmicos.

Assim, a fragilidade, agora definitivamente constatada, tem origens na insustentabilidade econômica nos moldes como a economia vem se desenvolvendo a despeito de todas as contribuições científicas produzidas e que geraram advertências diversas, como as questões ambientais, a insegurança alimentar e o esgotamento energético. São tendências que indicam a impossibilidade de que o mundo conhecido possa se reproduzir. A ruptura é necessária e isso nos deixa fragilizados e, por consequência, ansiosos. A reversão do quadro atual só será possível a longo prazo. Conforme Cascio (2020), por exemplo, o aquecimento vivido agora resulta de ações das décadas de 1970 e 1980. Há um significativo intervalo temporal entre causa e efeito. O autor fala da dificuldade humana em pensar nestas escalas temporais e daí vem o incompreensível que tem se tornado o mundo. Tudo passa por mudanças em meio a uma sobrecarga de dados e informações, verdadeiros e falsos, que geram ainda mais incompreensibilidade.

Contudo, quando a ciência da prospectiva torna-se mais difícil, é quando ela será ainda mais necessária. Isso, porque a ausência de planejamento e ações de contenção dos processos que desencadearam essa perspectiva não negativa, poderá significar o colapso total. É preciso que as ações previstas, e que devem irromper imediatamente, não permitam mais a reprodução do mesmo cenário. Ademais, a sociedade precisará aprender a lidar com o longo prazo, pois o lapso temporal entre a ação e seus resultados farão essa imposição.

As pautas da sustentabilidade, tendo em vista a manutenção da viabilidade da vida e sua melhor condição/qualidade tornam-se imperativas. E para tanto é imprescindível considerar a espacialidade humana. A materialização espacial que constatamos, baseada em espaços de concentração e espaços de esvaziamento (campo e pequenas localidades) resultam como parte das implicações dos mesmos processos econômicos e políticos que geraram a fragilidade e os demais atributos anteriormente assinalados. Quando analisamos áreas mikropolitanas, observamos que elas não estão à margem do capital, muito menos dessa lógica líquida e efêmera, mas incorporadas por atividades que não geram emprego e renda qualificadas e quantitativamente suficientes.

No cenário contemporâneo, em meio à busca de possibilidades viáveis e sustentáveis, emergem questionamentos, tomando por referência a dimensão espacial, como: seriam as pequenas cidades, dadas as suas dimensões e ausência de rugosidades,

espaços que embora igualmente marcados por contradições sociais, reservam possibilidades de percursos urbanos diferentes, com melhor condição humana e social? Seriam as pequenas cidades, dadas as suas vinculações mais próximas com o campo, espaços de melhor preservação ambiental, ainda que potencialmente, mais sustentáveis? Seriam as pequenas cidades ainda espaços de sociabilidade positiva em que nem tudo é tão líquido e efêmero?

O contexto mundial e como as pequenas cidades podem se situar nele abrange um complexo raciocínio, agora ainda mais difícil. Contudo, cabe perguntar: o papel das pequenas cidades pode ser relevante como parte das respostas com saídas possíveis para o vir-a-ser? São as pequenas cidades possibilidades que contribuem em alterar o percurso catastrófico? Debatemos bastante em décadas anteriores, se outra globalização ou outro mundo seria possível. Parece que cabe refletir sobre outro urbano/urbanização/urbanidade possível. Nisso estaria contido considerar as pequenas cidades como espaços para possibilidades de uma vida urbana diferenciada. Sem nostalgias, com urbanidade que permitisse superações nas relações, que a cultura fosse o canal de superação dos problemas decorrentes das relações secundárias sobrepostas aos laços primários.

Iniciativas em sentidos similares ao exposto aqui, começam a aparecer. Mencionamos os que encontramos, sem tomá-los como modelos e sem ignorar realidades bastante diferenciadas. Na França, um programa denominado: Pequenas Cidades do Amanhã, foi lançado em 2020. Ele tende a reforçar o papel de destaque das pequenas cidades na transição ecológica e no equilíbrio territorial, a fim de melhorar o ambiente de vida no meio rural e fora das áreas metropolitanas (France, 2020). Iniciativa destinada a cidades com menos de 20 mil habitantes, visando reforçar a centralidade delas, fortalecer redes territoriais e enfrentar desafios demográficos, econômicos ou sociais.

O intuito é descentralizar, desconcentrar e a forma como vem sendo conduzido busca ser, também, descentralizada. Para tanto deverá ser desenvolvido com articulação entre atores locais e nacionais envolvidos e parceiros. As primeiras experiências têm registros no site do programa, no qual são encontrados dados de que mais de 1.600 comunas aderiram a ele. Pauta-se por um modelo de desenvolvimento que contrapõe tendências principais, como o agro e o industrial. Busca uma agricultura que pode ser mais conveniente na perspectiva ambiental, humana e socialmente, pensando na qualidade da alimentação e da sustentabilidade.

Como o modelo de desenvolvimento econômico vigente gera inviabilização da reprodução da vida para significativa parte da sociedade, eles tornam-se espaços de esvaziamento demográfico, com cada vez mais rarefeitos serviços. Isso ocorre não apenas em locais pontuais, como pode abranger regiões. É comum que as pequenas cidades/localidades se tornem pontos de concentração do pouco de população que resta, de um mínimo de terciário, de estrutura de comando técnico para esses segmentos e suas grandes plantas industriais. São pontos significativos não apenas para o município que sedia a planta industrial, mas é muito corriqueiro que abarque a região, demandando matéria prima e mão-de-obra. Portanto, provocam a mobilidade pendular, que também tem acontecido frequentemente em áreas mikropolitanas. Foi com base nessa realidade que Veltz (1998) assegurou que o emprego é mais concentrado que a população.

Iniciativas como a francesa, anteriormente assinalada, representam a busca de possibilidades mais adequadas para as pequenas cidades e consoantes com os desafios recentes da emergência climática, transição energética, além dos desafios sociais.

Além da experiência francesa, a União Europeia igualmente sinalizou para políticas territoriais voltadas a pequenas cidades/localidades. Com o título de *Small places matter*, destaca a relevância desses espaços e como eles podem ampliar seus papéis no desenvolvimento territorial (União Europeia, 2025). No âmbito acadêmico temos realizado um esforço de tornar as pequenas cidades espaços estudados e debatidos. A realidade contemporânea exige passos a mais, no sentido de políticas territoriais capazes de responder a desafios diversos. Lembramos que nem todas podem ser consideradas como mikropolitanas porque podem estar inseridas em regiões metropolitanas ou em aglomerações urbanas, polarizadas por cidades médias.

De modo geral, a invisibilidade afeta as pequenas cidades, porém as mikropolitanas são ainda mais afetadas. A falta de políticas territoriais mais específicas para essas áreas, associada à frágil condição da escala local na atualidade, deve estar na pauta acadêmica e política de modo mais efetivo. Retomamos o questionamento de Vainer (2001) acerca do que pode o poder local, sobretudo o que está em municípios com menores patamares demográficos, em um mundo que agentes globais impõem seus interesses, desrespeitam questões ambientais e sociais. Ademais, considere-se a escala nacional com perfil centralizador. O que pode o poder local, sobretudo em pequenas cidades/localidades neste contexto?

Se fizermos um exercício pensando nos principais produtos de pauta produtiva (vinculado a agentes que se organizam em escalas geográficas mais amplas) e os principais pontos de produção é possível perceber que a condução política dessas áreas não é simples. Embora invisibilizadas, grande parte do território brasileiro corresponde a áreas polarizadas por pequenas cidades.

É preciso desvendar grupos de interesses e poder que permeiam as escalas locais nesta parte do território para decifrar processos nocivos na perspectiva ambiental e social. No Brasil profundo a agropecuária e a mineração são atividades econômicas relevantes, constituem grupos de poder com grande imposição na dinâmica local. É certo que, paralelamente, muitos parques municipais, estaduais e nacionais contribuem a preservação ambiental.

Algumas iniciativas que começam a emergir, buscando viabilizar a vida em pequenas cidades/localidades como parte da sustentabilidade que deve ser buscada cada vez mais, sinalizam para a geração de fontes alternativas e não convencionais de energia, do abastecimento de proximidade, produzido de modo mais saudável e comercializado de modo mais direto, favorecendo mais os produtores que estruturas intermediárias, além de eliminar embalagens desnecessárias que só fazem aumentar resíduos.

Portanto, as reflexões sobre como as pequenas cidades/localidades e áreas mikropolitanas podem ser consideradas frente aos desafios contemporâneos estão apenas iniciando, pontuamos algumas reflexões, iniciativas que tomamos conhecimento, mas certamente o debate precisa avançar.

Ainda que como um cenário em construção, a ideia de uma agenda mikropolitana ocorre mediante a compreensão do apresentado anteriormente: conhecer e disseminar o produzido acerca desses espaços, entender (e buscar resolver) os desafios e as lacunas sobre as pequenas cidades/localidades – especialmente em associação com as políticas públicas – e propor reflexões para áreas mikropolitanas a partir da condição social de vida pensada no bem-estar e na qualidade por uma perspectiva sustentável. Nesse sentido, apresentamos nove aspectos relevantes:

1 Colocar as pequenas cidades em foco. Nesse sentido, contempla destacar as pequenas cidades em trabalhos acadêmicos, na mídia e nas políticas públicas do Estado, sobretudo, considerando a sua quantidade e a sua diversidade, de modo a possibilitar o desenvolvimento sustentável.

2 Romper com a fragilidade econômica e/ou com o resultado não apropriado pela população local. Assim, se “o Brasil é dos brasileiros”, cada território deve ter seus resultados em primeiro lugar sendo apropriado pela população; além disso, entender as diferentes explicações para esse cenário, desde aspectos históricos, do capital, da rede urbana, da gestão pública, entre outros.

3 Considerar fortemente os aspectos ambientais em pequenas cidades. Sendo assim, contemplam estudos acerca do desmatamento, poluição, assoreamento, crise hídrica, queimadas, entre outros, e, principalmente, o papel da gestão e da comunidade na preservação do meio ambiente. A ideia de cidades pequenas sustentáveis.

4 Desafios acerca da “ilegalidade” que ocorrem em pequenas cidades. Nos espaços marcados pela ausência do Estado em promover segurança pública, inclusive a de caráter nacional e vinculada à soberania nacional, ocorrem o desequilíbrio e a ilegalidade virando a norma, como casos de madeira, garimpo, produtos amazônicos (guaraná, açaí, entre outros), produtos contrabandeados, drogas ilícitas e drogas lícitas contrabandeadas, entre outros.

5 As pequenas cidades como centros emergentes sustentáveis. A partir de novas centralidades no território e na rede urbana, essas localidades podem se configurar em espaços sustentáveis, sobretudo pelo uso/cuidado dos recursos naturais, e promotores de qualidade de vida para a população local, particularmente com bons empregos e renda para as pessoas e qualidade dos serviços e da infraestrutura da localidade. Nesse aspecto, pensar em uma urbanização positiva em pequenas cidades, rompendo, entre outros, com a especulação imobiliária, áreas de moradias precárias, loteamentos desconectados da planta da cidade, engarrafamentos, afetando a condição humana e social de vida.

6 As pequenas cidades participando da gestão e do planejamento público, especialmente, pela lógica sustentável. Nesse sentido, com a realização da 30ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30) no Brasil, em Belém (PA), em novembro de 2025, as pequenas cidades precisam compor esses debates, mesas, conferências, painéis, entre outros, compreendendo e fortalecendo os seus papéis nas negociações sobre mudanças climáticas e sustentabilidade global. De acordo com Brasil (2025), a COP30 tem os seguintes temas: (i) Redução de emissões de gases de efeito estufa; (ii) Adaptação às mudanças climáticas; (iii) Financiamento climático para países em desenvolvimento; (iv) Tecnologias de energia renovável e soluções de baixo carbono; (v) Preservação de florestas

e biodiversidade; e (vi) Justiça climática e os impactos sociais das mudanças climáticas. Esses temas devem e precisam ser pensados nos espaços mikropolitanos.

7 As pequenas cidades como espaços atingidos pela interiorização da violência, gerando inseguranças e alterações nas relações de sociabilidade. Nesse sentido, o transbordamento do modo de vida metropolitano, alicerçado nos hábitos de consumo, no individualismo e nas relações superficiais, transborda para as pequenas cidades substituindo hábitos comunitários e sólidos, sendo que isso é alimentado pelo modo de produção capitalista e pela globalização e difundido pela mídia e pela internet. Somado à ausência ou insuficiência dos serviços públicos de segurança em pequenas cidades, ocorre uma ruptura entre o “poder” e a “política”, no qual o Estado (público) abandona ou transfere para a iniciativa privada suas obrigações.

8 O relevante papel das cooperações intermunicipais e da gestão compartilhada em pequenas cidades. Diante dos desafios econômicos, a gestão compartilhada é uma opção para as pequenas cidades, sobretudo, em serviços de saúde, saneamento e segurança. Em contrapartida, grupos que poderiam contribuir para solução de problemas tornam-se grupos nas de poderes e políticos.

9 A mobilização em pequenas cidades e as respostas a partir das comunidades locais. Nesse sentido, transita pelos povos tradicionais, grupos sociais, resistência, luta de classe e da terra, pastorais e grupos religiosos, a relevância da participação e o desafio de fazer isso alcançar pequenas cidades. Conflitos e narrativas e pequenas cidades frente a tudo isso. Como pensar o espaço geográfico, de modo específico as pequenas cidades, pode contribuir nesse processo de transição, identificação de conflitos, as narrativas e de quem partem, com que objetivo. Por fim, pensar as questões que envolvem as áreas mikropolitanas a partir do olhar e dos habitantes locais e não da perspectiva centralizadora e do metropolitano.

Conclusões

A Geografia desempenha um papel de destaque na compreensão das questões sociais relacionadas ao espaço urbano. Sustentada pela relação tempo e espaço, a cidade se converteu em um dos temas mais estudados. Apesar disso, a maioria dos estudos urbanos no Brasil contempla as metrópoles (e suas áreas metropolitanas) e as cidades médias. A face

do urbano composto pelas pequenas cidades se mostra bastante relevante, tanto pela sua dinâmica e sua diversidade socioespacial, quanto pela sua quantidade.

Os estudos sobre as pequenas cidades configuram-se como uma das frentes mais recentes da Geografia brasileira e se deparam com um contexto de dimensão continental, construído a partir de múltiplas características regionais e locais. Especificamente neste artigo, optamos por abordar as áreas mikropolitanas. Esses espaços escapam as lógicas vivenciadas em aglomerados e metrópoles. Portanto, são áreas que predominam com dinâmicas próprias, colocando luz em uma Geografia que busca avançar em aspectos teórico, metodológico e empírico das pequenas cidades.

Logo, se trata de compreender as pequenas cidades em diferentes possibilidades: no contexto territorial, na interface com o campo, no âmbito da escala local, na inserção com a rede urbana; na produção do espaço público, nas práticas culturais e de lazer, nas dinâmicas econômicas, na saúde, no planejamento, nas mobilidades, nas dinâmicas da natureza e do ambiente, entre outros.

Quanto aos estudos contemplado sobre pequenas cidades, destacamos oito perspectivas gerais, sabendo a existência de outras possibilidades: caracterização das cidades e seu entorno, ou seja, como elas são em diferentes aspectos; condicionantes físicas e sistemas territoriais; peculiaridades do urbano nas pequenas cidades, relações mais próximas e articulada com o campo, áreas em que as urbanidades e ruralidades aparecem bastante mescladas; reflexões teórico-conceituais sobre o urbano, cidade, município, rural/campo; institucional; inserção econômica; classificação das cidades, seus papéis no território (econômicos e culturais) e tipologias das cidades; e desvendar perspectivas idealizadas.

Reforçamos que nas áreas mikropolitanas existem considerável conhecimento produzido e que, politicamente, elas costumam ser negligenciadas e invisibilizadas, em especial, nas suas particularidades. Igualmente, muitas vezes são tratados como espaços sem problemas. Estudos existentes mostram a necessidade de políticas territoriais que possam viabilizar os espaços em pauta, sobretudo, tornando-os espaços sociais de boa qualidade para a população que vive neles.

Quanto aos desafios e lacunas preexistentes e ainda não superados, destacamos quatro perspectivas gerais – que são completadas no contexto apresentado ao longo das perspectivas mais contemporâneas e associadas à sustentabilidade: atividades econômicas

inclusivas, que viabilizem a pequena produção no campo e na cidade, que criem oportunidades de geração de renda e bons empregos; viabilização do suprimento adequado de bens e serviços para a população e as potencialidades contidas nas cooperações intermunicipais; incremento a gestão participativa e aprofundamento da democracia; e produção territorial intraurbana.

Nesse sentido, não se trata apenas de pensar lacunas na pesquisa, mas insistir em uma pauta política para melhorar a condição social de vida para a sociedade, o que inclui realizar um exercício de avançar no planejamento e gestão das pequenas cidades. Por isso, não é demais reiterar que são desafios que demandam políticas territoriais mais amplas para que as escalas locais encontrem respaldo para enfrentar dinâmicas predatórias como as que existem.

Essas questões precisam ser pautadas acadêmica e politicamente, com celeridade, inclusive porque os novos desafios estão profundamente vinculados a isso. Por sinal, quanto às pequenas cidades como possibilidades urbanas mais “sustentáveis, apresentadas frente a emergências climáticas e transição energética, é preciso considerar o contexto do mundo atual e contribuir na busca de entendimento e subsídios ao planejamento e gestão, com todas as dificuldades que os últimos anos têm demonstrado. Assim, elencamos nove aspectos relevantes pensando em uma agenda contemporânea sustentável: colocar as pequenas cidades no foco; romper com a fragilidade econômica e/ou com o resultado não apropriado pela população local; considerar fortemente os aspectos ambientais em pequenas cidades; abordar os desafios acerca da “ilegalidade” que ocorrem em pequenas cidades; entender as pequenas cidades como centros emergentes sustentáveis; contemplar as pequenas cidades participando da gestão e do planejamento público; compreender as pequenas cidades como espaços atingidos pela interiorização da violência, gerando inseguranças e alterações nas relações de sociabilidade; destacar o relevante papel das cooperações intermunicipais e da gestão compartilhada em pequenas cidades; mobilizar os grupos sociais em pequenas cidades e as respostas a partir das comunidades locais.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. 119 p.
BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Barcelona: Paidós, 2006, 206p. Traduzido de: Liquid Life.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, 360 p.

BRASIL, Presidência da República. **Rumo à COP30.** 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/agenda-internacional/missoes-internacionais/cop28/cop-30-no-brasil>> acesso em: 13.06.2025

CASCIO, Jamais. **Enfrentando a era do caos.** 2020. Disponível em: <https://medium.com/@cascio/facing-the-age-of-chaos-b00687b1f51d>. Acesso em 04.set.2021.

FRANCE. **Agence Cohesion Territoires.** Disponível em: <https://anct.gouv.fr/programmes-dispositifs/petites-villes-de-demain>. Governo Francês, 2020. Acesso em 02. Junho.2025.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** 10ª reimpressão. Porto Alegre: L&PM, 2017. (Publicação original 1978).

GRABMEIER, Stephan. **Bani vs. Vuca:** a new acronym to describe the world. 2020. Disponível em: <https://stephangrabmeier.de/bani-vs-vuca/>. Acesso em 04.set.2021.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. Amazônia brasileira: a pobreza do homem como resultado da riqueza da terra. **Dossiê n.14, 2019.** Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie/>. Acesso 07.Set.2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo, Hucitec, 1996.

UNIÃO EUROPEIA. **Small places matter.** Disponível em: <https://territorialagenda.eu/pilot-actions/small-places-matter/>. Acesso em 02. Junho.2025.

VAINER, Carlos B. As escalas do Poder e o Poder das Escalas: O Que Pode o Poder Local? In: Encontro Nacional da Anpur, 9, 2001, Rio de Janeiro. **Anais: Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço;** v. 1. Rio de Janeiro: Anpur, 2001, p.140-151.

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires - l' economie d' archipel.** 2.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1998, 262 p.

WEDEKIN, Gabriela Oliveira; SOARES, Bianca Ramires. Guia de planejamento urbano para cidades pequenas, da ONU-Habitat. (Resenha). **Revista Pixo**, v.5, n.19, p.472-479, 2021.

Sobre os autores:

ANGELA MARIA ENDLICH  

E-mail institucional: amendlich@uem.br

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Campus Presidente Prudente. Estágio pós-doutoral na Universidade de Barcelona. Professora Associada do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia (PGE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Vice-coordenadora da Mikripoli - Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (2024-2026). Autora dos livros “Pensando os papéis e significados das pequenas cidades” (Editora da Unesp) e “Cooperações intermunicipais: alguns aportes” (Editora PGE/UEM). Dedica-se à pesquisa dos espaços mikropolitano, polarizados por pequenas cidades/localidades, sobretudo áreas marcadas pelo esvaziamento demográfico.

PEDRO HENRIQUE CARNEVALLI FERNANDES



E-mail institucional: pedrofernandes@uenp.edu.br

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor Adjunto do Colegiado de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Ensino da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Campus de Cornélio Procópio. Editor-chefe da Revista Reppe e Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Pequenas Cidades (GEPeq) e da Mikripoli - Rede de Pesquisadores de Pequenas Cidades (2024-2026). Autor do livro "Portas e janelas fechadas: a violência e a insegurança em pequenas cidades" (Eduem, 2022). Dedica-se à pesquisa dos seguintes temas de estudo: violência, insegurança objetiva e sociabilidade, sobretudo no recorte espacial das pequenas cidades, além da violência escolar e bullying.

Outras informações aplicáveis:

- Aprovação ética: não se aplica.
- Financiamento: não se aplica.